



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Estudo Técnico Preliminar foi realizado de acordo com os elementos previstos no §1º do art. 18 da Lei nº 14133, de 1º de abril de 2021.

Objetivo: Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC em relação a este processo, cujo objeto é **Repetição de ato para Aquisição de EPI e materiais para o Programa de Controle de Dengue e Zoonoses.**

Considerando que os itens ora incluídos neste processo de licitação referem-se aos que foram anteriormente objeto do Pregão nº207/2025, porém foram fracassados. Diante disso, a presente aquisição configura-se como repetição de ato.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Saúde

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/função	Matrícula	E-mail
Lucio Pereira Vieira	Coordenador Programa de Controle de Dengue	390567	dengue@itajai.sc.gov.br
Karin Regina Cardozo de Oliveira	Agente de Combate as Endemias	2074601	karinadmdengue@gmail.com
Vanessa Pereira Pinto Mistrello	Agente de Combate	2218901	vanessadengueadm@gmail.com



	as Endemias		il.com
--	-------------	--	--------

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A dengue é uma doença infecciosa febril, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, e pode manifestar-se em formas pouco sintomáticas ou em formas mais graves, com manifestações hemorrágicas. A modificação do ambiente provocada pelas ações humanas, o crescimento urbano desordenado, o processo de globalização do intercâmbio internacional e as mudanças climáticas são alguns fatores que vêm facilitando a emergência e disseminação de doenças infecciosas humanas transmitidas por vetores. Esses agravos possuem padrão sazonal, no entanto as atividades de controle e combate ao vetor devem ser realizadas durante todo o ano. Os Agentes de Combate às Endemias (ACEs) atuam diretamente em áreas urbanas e rurais, expostos a diversos riscos ocupacionais durante o desempenho de suas atividades, como visita a imóveis insalubres e exposição a condições climáticas adversas. A inexistência ou insuficiência de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) compromete a segurança, a saúde e o desempenho desses profissionais, aumentando os riscos de acidentes de trabalho, contaminações, adoecimentos ocupacionais e afastamentos. Além disso, a falta de EPIs adequados viola normas de segurança previstas na legislação trabalhista e nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), podendo gerar passivos jurídicos e administrativos ao ente público. Desta maneira, solicitamos abertura de Registro de Preço a fim de **Repetição de ato para Aquisição de EPI e materiais para o Programa de Controle de Dengue e Zoonoses** visando a ações mais efetivas de controle do *Aedes aegypti* e escorpiões.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).



Está previsto no Plano Anual de Contratações (PAC).

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

4.1 Os materiais deverão ser novos, sem uso, e entregues em perfeitas condições de utilização;

4.2 Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme exigências da NR-6;

4.3 Os produtos deverão atender às normas técnicas aplicáveis, garantindo segurança, ergonomia, resistência e durabilidade compatíveis com as atividades de campo;

4.4 A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, comprovando fornecimento de itens compatíveis com o objeto;

4.5 A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar catálogos, fichas técnicas ou amostras, no prazo de até 03 (três) dias úteis, para análise da conformidade dos produtos;

4.6 Os materiais serão avaliados com base em critérios objetivos, tais como:

- Conformidade com especificações técnicas;
- Presença de CA válido (quando aplicável);
- Qualidade dos materiais;
- Adequação ao uso em campo;

4.7 Produtos em desacordo com as especificações serão recusados;

4.8 O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias corridos após emissão da Autorização de Fornecimento.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)



A quantidade solicitada foi baseada no número de Agentes de Combate a Endemias vinculados ao Programa e na periodicidade de troca devido a desgaste pelo uso diário dos materiais.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A solução mais vantajosa é a contratação de fornecimento de EPIs com as especificações técnicas detalhadas acima, priorizando itens com CA vigente, materiais resistentes e conforto ergonômico. A adoção desses EPIs assegura condições adequadas de trabalho aos agentes, em conformidade com a legislação vigente e com economicidade ao erário.

Diante da análise das alternativas disponíveis no mercado e da avaliação técnica e econômica realizada, conclui-se que a solução mais vantajosa para a Administração é o Sistema de Registro de Preços, com julgamento por item e fornecimento parcelado, para aquisição de EPIs e materiais do Programa de Controle de Dengue e da Gerência de Controle de Zoonoses. Tal solução atende aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.1. Comparativo das soluções

Considerando:

- A diversidade técnica dos itens;
- A natureza contínua das atividades da Vigilância Ambiental;
- A necessidade de reposição periódica de EPIs;
- A sazonalidade das ações de combate à dengue;



- A busca pela melhor relação custo-benefício;

Conclui-se que a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública é Sistema de Registro de Preços, com julgamento por item e fornecimento parcelado, por apresentar melhor desempenho técnico, econômico e operacional.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O valor estimado será de R\$ 68.017,82 (sessenta e oito mil dezessete reais e oitenta e dois centavos)

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O método mais vantajoso se dará através de registro de preços, pregão eletrônico, menor preço por item, visto que a aquisição destes objetos se justifica em face ao interesse público de proporcionar melhor identificação visual dos Agentes de Combate a Endemias e a segurança dos servidores durante a execução das atividades realizadas.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Diante da análise técnica e econômica realizada, conclui-se que: O objeto deve ser parcelado por itens, por ser técnica e economicamente viável, ampliando a competitividade e assegurando maior vantajosidade para a Administração Pública. O parcelamento atende aos princípios da eficiência, economicidade e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.



10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há contratação correlata.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Com a presente contratação, espera-se garantir condições adequadas de trabalho aos servidores da Vigilância Ambiental, aumentar a eficiência das ações de controle de vetores e zoonoses e, conseqüentemente, contribuir para a proteção da saúde pública no Município de Itajaí.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Antes da celebração da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências pela Administração:

- Designação formal de gestor e fiscal do contrato, conforme previsto na legislação vigente;
- Planejamento logístico para recebimento, armazenamento e distribuição dos EPIs, considerando a demanda do Programa;
- Definição de procedimentos para conferência quantitativa e qualitativa dos materiais entregues, incluindo verificação do Certificado de Aprovação (CA), validade e conformidade com as especificações técnicas;
- Organização de fluxo interno para controle de entrega, uso e substituição dos EPIs aos servidores.

Embora se trate de aquisição de bens comuns, tais medidas são necessárias para assegurar a adequada gestão contratual, o controle dos materiais e o cumprimento das obrigações pactuadas.



13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)


Os impactos ambientais relacionados à presente contratação são considerados de baixo potencial, porém envolvem o uso e descarte de Equipamentos de Proteção Individual e materiais utilizados em campo.

Como medidas mitigadoras, a Administração adotará:

- Destinação ambientalmente adequada de EPIs inutilizados ou contaminados, conforme normas sanitárias e ambientais vigentes;
- Orientação aos servidores quanto ao uso racional e descarte correto dos materiais;
- Prioridade, sempre que possível, para aquisição de produtos com maior durabilidade e menor impacto ambiental;
- Avaliação da possibilidade de adoção de práticas de logística reversa, quando aplicável;
- Redução de desperdícios por meio de controle de distribuição e uso dos materiais.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO:


Documento assinado digitalmente
 **LUCIO PEREIRA VIEIRA**
Data: 10/04/2026 10:50:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucio Pereira Vieira

Matrícula: 396507

Itajaí, 02 de março de 2026

INTEGRANTE REQUISITANTE:

Documento assinado digitalmente
 **VANESSA PEREIRA PINTO MISTRELLO**
Data: 10/04/2026 10:40:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vanessa Pereira Pinto Mistrello



Matrícula: 2218901

Documento assinado digitalmente
gov.br KARIN REGINA CARDOZO DE OLIVEIRA
Data: 10/04/2026 10:20:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Karin Regina Cardozo de Oliveira

Matrícula: 2074601

Itajaí, 02 de março de 2026

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Itajaí/SC, 02 março de 2026.

Mylene Martins Lavado

Secretária Municipal de Saúde